



UFSM

Artigo Monográfico de Especialização

**FORMAÇÃO DOS PROFESSORES: PRIMEIRO PASSO
PARA A INCLUSÃO**

MEDIANE SILVA RIBEIRO BATISTA

**GOVERNADOR VALADARES, MG, Brasil
2010**

**FORMAÇÃO DOS PROFESSORES: PRIMEIRO PASSO
PARA A INCLUSÃO**

por

MEDIANE SILVA RIBEIRO BATISTA

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

**GOVERNADOR VALADARES, MG, Brasil
2010**

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de
Especialização

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: PRIMEIRO PASSO PARA A INCLUSÃO
elaborado por

MEDIANE SILVA RIBEIRO BATISTA

como requisito parcial para obtenção do grau de

Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de
Surdos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Professora Mrs. Biviane Moro de Oliveira
(Presidente/Orientador)

Profª. Claudia Flores Rodrigues

Professor

GOVERNADOR VALADARES, MG, Brasil
2010

Dedico este trabalho a minha Família que sempre me apoiou e aos meus colegas de curso que sempre me ajudaram nos momentos de dificuldade.

AGRADECIMENTOS

A Deus, senhor da minha vida;

A minha família, pelo apoio;

A todos os amigos que estiveram presentes durante esta caminhada;

Muito obrigada.

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: PRIMEIRO PASSO PARA A INCLUSÃO

AUTOR: Mediane Silva Ribeiro Batista

ORIENTADOR: Biviane Moro de Oliveira

Governador Valadares, MG

O presente trabalho busca fazer uma reflexão sobre a dificuldade dos professores das escolas públicas em atender de maneira eficiente o aluno com necessidades educacionais especiais. O trabalho é fundamentado na LDBEN 9394/96 que garante o direito do aluno com necessidades educacionais especiais a freqüentar a escola regular e tem como tema: "A NECESSIDADE DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO PARA ATENDIMENTO AO ALUNO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS. Baseado em estudos de autores que centralizam o papel do professor, como possibilitador ou não desta inclusão, o trabalho tem como objetivo investigar a importância da formação dos professores a fim de atender de forma justa e qualificada os alunos com necessidades educacionais especiais. A partir de entrevistas semi-estruturadas feitas com quatro professores da cidade de Governador Valadares – MG que atuam junto a alunos com necessidades educacionais especiais pode-se constatar a insegurança, a falta de informação, o medo e o anseio dos professores em relação a inclusão, o que vem reafirmar a grande necessidade de um preparo desses professores, através de cursos de formação.

Palavras-chave: Formação de professores, inclusão, prática pedagógica.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	8
2. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO	9
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
3.1 Formação de Professores.....	10
3.2 Educação Especial.....	13
3.3 A importância da equipe multidisciplinar no universo escolar.....	16
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
5. REFERÊNCIAS.....	20
6. ANEXOS.....	22
Entrevista Semi-estruturada.....	22
Cartaz de Curso de Capacitação oferecido no município.....	24

1. APRESENTAÇÃO:

A presente pesquisa visa refletir sobre a importância da formação do educador do ensino básico para o atendimento ao aluno com necessidades educacionais especiais. Vimos que a inclusão educacional e social vem sendo amplamente discutida nos dias atuais, no entanto o assunto requer um questionamento maior a cerca de uma formação condizente do profissional de educação, para que a inclusão aconteça mesmo de fato.

É necessária uma releitura da prática pedagógica, a fim de que o educador possa realmente aplicar estratégias que incluam, efetivamente, as reais necessidades e habilidades do aluno com necessidades educacionais especiais. De maneira geral, não só a política educacional, mas nossos governantes têm dado pouca atenção às necessidades da população com deficiência.

Mas será que o nosso professor, verdadeiramente, está ou foi preparado um dia para receber o aluno com necessidades educacionais especiais?

E as escolas, elas têm estruturas físicas e pedagógicas que garantam a este aluno o seu ingresso e a sua permanência?

Diante do exposto o objetivo deste trabalho é: Investigar a importância da formação dos professores a fim de atender de forma justa e qualificada os alunos com necessidades educacionais especiais.

O presente artigo está esquematizado da seguinte forma:

1. A formação de professores
2. Educação especial
3. A importância da equipe multidisciplinar no universo escolar

Começamos apresentando a atual situação dos professores em uma visão geral, abordando também alguns artigos da Constituição Federal Brasileira. Em seguida, abordamos o papel inclusivo que a escola representa nos dias atuais, a necessidade de uma reformulação da prática pedagógica e a importância de uma equipe multidisciplinar no universo escolar.

2. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO:

Considerando que a inclusão representa um desafio para os professores que, de modo geral, não possuem formação em Educação Especial e partindo do princípio que a teoria é a base fundamental para que a prática aconteça de forma satisfatória, a pesquisa realizada com os professores visa descobrir se essa lacuna existe entre os mesmos.

Para tanto, o recurso utilizado para obter dados relativos ao trabalho em sala de aula e a formação dos professores foi a entrevista semi-estruturada.

Foram entrevistados quatro professores da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, regentes de turmas com alunos incluídos, de escolas da periferia da cidade de Governador Valadares - MG, dentre os quais, um é acompanhante de um aluno com lesão cerebral.

Posteriormente foi feita a análise dos dados, os quais são o objeto de reflexão desta pesquisa, e embasam as discussões teóricas.

A análise dos dados apontados nas respostas foi efetuada sob o aspecto qualitativo, tal qual preconizado por Lüdke e André (1986), tendo em vista investigar a formação acadêmica e profissional destes professores e se consideram esta importante para o trabalho na Educação Especial.

3. REFERENCIAL TEÓRICO:

3.1- A FORMAÇÃO DE PROFESSORES.

O poder da educação é um fato que não pode ser negado. Ao longo dos anos foram muitos os estudiosos, que trabalharam e contribuíram imensamente para comprovar as influências da educação sobre o ser humano. Atualmente as manchetes dos jornais nos trazem notícias preocupantes a cerca da qualidade do ensino nas escolas, tanto particulares quanto públicas. De fato as discussões sobre o ensino estão intimamente ligadas à atuação do professor em sala de aula. O que se dirá, no entanto, do seu comprometimento para com o seu ambiente de trabalho? Estudos comprovam que o que contribui para o sucesso ou não de sua trajetória são os fatores relacionados ao seu modo de interagir no meio ambiente, e por meio ambiente entende-se todas as coisas que estão a sua volta, especialmente as pessoas de maior influência sobre o mesmo.

O mundo moderno vêm fazendo com que as crianças ingressem nas escolas muito cedo, às vezes com poucos meses de vida, assim a responsabilidade da educação recai diretamente sobre a pessoa do professor. Recentemente foi realizada uma pesquisa¹ exatamente com este intuito, avaliar qual o verdadeiro perfil dos professores brasileiros. Chegou-se a conclusão de que este perfil é de jovens em sua grande maioria, sendo que apenas 12% dos professores em exercício têm 50 anos enquanto cerca de 20% tem idade inferior a 30 anos. Um resultado surpreendente, se levarmos em consideração o fato de que entre os 24 países envolvidos neste estudo, a grande maioria é de professores mais velhos. Até que ponto este resultado tem influenciado a qualidade do ensino em nosso país? Um professor mais velho pode ter sua capacidade questionada em detrimento à sua idade? E o que dizer da situação econômica do professor brasileiro? Pesquisa realizada pela UNESCO Brasil junto a mais de 5000 professores de ensino fundamental e médio, de escolas públicas e privadas, dos 27 Estados brasileiros, revela que um terço dos professores brasileiros se classifica como pobre. Considerando-se as faixas salariais, 65,5% possuem renda familiar entre dois e 10

¹ <http://www.bicodocorvo.com.br/cultura/escolar/perfil-dos-professores-brasileiros>

salários mínimos e 24% entre 10 e 20 salários mínimos. A qualificação profissional do professor brasileiro é comumente questionada correlacionando à qualidade de ensino no Brasil.

Se o professor não está qualificado para atuar no ensino regular, o que dizer então do ensino especial? Na especificidade da educação especial, podemos questionar o que tem sido feito a priori a fim de aperfeiçoar o profissional que atende alunos com necessidades educacionais especiais?

Segundo a Constituição Federal Brasileira, no artigo 205, educação é um direito de todos e dever da família e do Estado:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

A política educacional brasileira tem sido ao longo dos anos, um desafio para governantes, estudiosos, sociedade civil e profissionais da educação. Não tem como negar os grandes avanços e conquistas alcançadas para a melhoria da educação no Brasil.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - (LDB), de 20 de dezembro de 1996 demonstra esse interesse através da instituição da década da Educação, no seu artigo 87: “é instituída a Década da Educação ao iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei.”

No mesmo artigo, § 1º, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - (LDB) dispõe: A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

Na Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001, também aparece em seu texto, no Art. 18, inciso IV § 2º:

“(…) São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação

curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados ao atendimento das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor da classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais”.

O § 3º complementa:

“Os professores especializados em educação especial deverão comprovar:

I- formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental;

“II- complementação de estudos ou pós-graduações em áreas específicas as educação especial, posterior a licenciatura nas diferentes áreas de conhecimento, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio”.

Fica clara, em ambos os documentos, a exigência de especialização para o professor atuar na Educação Especial, assim como, na Resolução CNE/CEB nº2 de 2002, que só considera capacitados professores para atuar nas classes comuns com alunos incluídos, aqueles que, durante sua trajetória acadêmica, tiverem acesso a conteúdos sobre Educação Especial.

A educação é um direito de todo cidadão brasileiro, no entanto é imprescindível que ela seja de qualidade e que inclua todos no processo ensino aprendizagem. A democratização e universalização do ensino garantem a todos usufruir de direitos enquanto alunos a fim de desenvolverem aptidões, potencialidades e sobretudo a conquista de sua identidade como cidadão.

Os fundamentos teórico metodológicos da inclusão escolar centralizam-se numa concepção de educação de qualidade para todos, no respeito à diversidade dos educandos. Para que estes fundamentos sejam seguidos se faz necessária não somente a formação inicial, mas também a formação continuada para o trabalho com pessoas com necessidades educacionais especiais, pois a formação docente não pode restringir-se à participação em cursos eventuais, mas sim, precisa abranger necessariamente programas de capacitação, supervisão e avaliação que sejam realizados de forma integrada e permanente.

A formação implica um processo contínuo, o qual, o professor precisa refletir sobre a sua prática, para que se torne um pesquisador de sua ação, buscando aprimorar o ensino oferecido em sala de aula.

3.2- EDUCAÇÃO ESPECIAL

Nos dias atuais, surge dentre outras, uma nova concepção sobre o papel que a escola representa na sociedade: deve ser um espaço inclusivo, que atenda as diversidades e que propicie uma educação de qualidade, apresentando respostas às necessidades de seus alunos. Para atingir estes objetivos, é necessário que a escola esteja preparada para atender as necessidades educacionais de seus alunos, inclusive os alunos com deficiência.

Segundo a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990, p.23) “são considerados tanto como cidadãos comuns quanto como cidadãos peculiares: cidadãos comuns ao se propor que o acesso à educação como equidade seja universalizado para todos (Art. 3º) e peculiares ao explicitar-se que é preciso garantir-lhes igualdade de acesso à informação como parte integrante do sistema educativo, independente do tipo de deficiência que possuam (Art. 5º)”. Portanto, faz-se necessário que professores e alunos sejam incentivados a trabalharem juntos, cooperativamente, na superação das dificuldades que surgirem.

Estratégias devem ser elaboradas, pensadas e executadas com o objetivo de atender o aluno e suas necessidades educacionais especiais sejam elas deficiências na área da visão, audição, locomoção etc.

A inclusão é um desafio que a escola vem enfrentando há anos. Mais do que formar os professores de forma a atender esta demanda de aluno, a escola deve também saber selecionar o profissional de educação que possua um perfil para este trabalho. Não é viável que um professor receba um aluno com necessidades educacionais especiais sem antes ter sido consultado.

É necessário ainda que a equipe pedagógica juntamente com o professor tenha conhecimento da história de vida deste aluno, estabeleça com a família uma relação de diálogo e confiança, isto não só com alunos com necessidades educacionais especiais, mas todos os alunos deveriam ser conhecidos um pouco mais por seus professores e equipe escolar.

De acordo com uma das professoras entrevistadas: “há a necessidade de mais apoio da equipe pedagógica ao professor e um monitor especializado juntamente com um professor também especializado”.

É de suma importância que o professor tenha um auxiliar em sala de aula a fim de atender de forma mais individualizada o aluno em suas limitações. O ambiente escolar deve estar propício para o ingresso e a permanência de todos os alunos, através do estabelecimento de um clima de cordialidade, respeito e harmonia entre todos. Piaget (1996), afirma que a construção do conhecimento é estabelecida quando há um contato direto entre o educando com o objeto de estudo, quando há interação em sala de aula entre os alunos e quando as atividades lúdicas coexistem num clima de prazer e encantamento. Portanto, torna-se fundamental que não somente o aluno com necessidades educacionais especiais, mas todos estejam envolvidos neste clima de construção do conhecimento.

O professor, este deverá ser acima de tudo bem informado, aberto ao diálogo e mudanças, dotado de competências e habilidades que tornarão a vida de seus alunos com deficiência ou não mais produtiva em sala de aula.

Alguns autores quando definem Educação Especial e fazem referência ao professor, desta modalidade, relacionam-na a um serviço especializado.

Segundo Mazzota (1996):

“(...) a modalidade de ensino que se caracteriza por um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar e em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns (...)”.

Bueno (1998) considera como professor especializado aquele constituído em “*agente de qualificação de ensino*”, que tem que possuir competências tais como: enxergar, analisar e criticar o processo pedagógico.

Mendes (2002) ratifica as idéias de Bueno, quando dota o professor da Educação Especial da responsabilidade de apoiar o processo educacional de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares. Apoiar este processo não significa somente aceitar este aluno na sala de aula, significa buscar formação para que a prática pedagógica atinja os objetivos sociais e educacionais a que se propõe.

Pimenta (2000, p. 29) diz que as novas tendências investigativas sobre a formação de professores consideram que:

(...) a formação é na verdade, autoformação, uma vez que os professores reelaboram os saberes iniciais em confronto com suas experiências práticas, cotidianamente vivenciadas nos contextos escolares. É nesse confronto e num processo coletivo de troca de experiências e práticas que os professores vão constituindo seus saberes como *praticum*, ou seja, aquele que constantemente reflete na e sobre a prática.

Nota-se a necessidade de cursos de formação continuada para que os professores, mesmo os que já possuem formação na área possam refletir e repensar sua prática.

Os professores que atuam com pessoas com deficiência devem entender o campo da Educação Especial como uma disciplina que evolui com base em filosofias, princípios e teorias, leis e políticas relevantes, pontos de vista históricos e o atendimento de indivíduos com necessidades educacionais especiais tanto na escola quanto na sociedade. Tudo isso pode influenciar a sua prática profissional incluindo avaliação, planejamento, implementação e avaliação. Neste sentido aponta-se para necessidade da formação continuada de todo e qualquer professor para que este possa se adequar as mudanças.

É essencial que a escola ofereça um ensino de qualidade que atenda de forma democrática a todos, incluindo os alunos com necessidades educacionais especiais. Para isto, no entanto, é necessário uma reformulação da prática pedagógica, permeando intervenções que valorizem o potencial e competências desta demanda de aluno.

O processo de inclusão visa a uma educação de qualidade não só para os alunos com necessidades educacionais especiais, mas para todos. Ao pensar no desafio de incluir alunos com necessidades educacionais especiais em sala de aula, o professor precisa buscar recursos que os beneficiem e atendam suas reais necessidades, direcionando as práticas educativas, através da criação de ambientes de aprendizagem que disponham dos recursos materiais e humanos adequados.

A interação, neste ambiente, enriquece a capacidade intelectual do aluno, sua auto-estima e autonomia, onde aprende e se desenvolve cognitivamente, emocionalmente e socialmente.

3.3- A IMPORTÂNCIA DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NO UNIVERSO ESCOLAR

Uma equipe composta por profissionais de diversas áreas, ou seja, com formações acadêmicas diferentes e que trabalham em prol de um único objetivo seria o ideal para dar suporte à escola no atendimento ao educando com necessidades educacionais especiais.

Segundo uma das professoras entrevistadas: “... acho que deve haver na escola uma equipe multidisciplinar com psicólogo, assistente social, professores de braille, fisioterapeutas, etc... a fim de desenvolver no aluno competências e habilidades no educando como um todo.”

Para a implantação eficaz de um serviço multidisciplinar em uma escola, é imprescindível que o gestor educacional conheça as atribuições dos integrantes da equipe de profissionais: do psicólogo, do assistente social, do nutricionista, do fisioterapeuta, etc. É a partir deste conhecimento que a atuação multidisciplinar poderá inserir-se no contexto escolar, indo de encontro aos objetivos institucionais, sem o perigo de perda da unidade multidisciplinar.

No trabalho em equipe multidisciplinar há a necessidade de uma inter-relação entre os diferentes profissionais, os quais devem ver o educando com necessidade educacional especial como um todo, numa atitude humanizada.

Faz-se necessário também que o professor transmita seus conhecimentos e percepções do educando com necessidades educacionais especiais aos demais membros da equipe, a fim de que estes possam ter uma visão integral do mesmo.

Outro aspecto importante é alertar os profissionais para a necessidade do conhecimento das atividades dos outros membros da equipe, trocando informações e buscando atender o mais completamente possível as necessidades e limitações do educando.

Visando facilitar este trabalho interdisciplinar, o pedagogo poderá organizar grupos para reuniões científicas e discussões de casos, objetivando aprimorar cada vez mais o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, através da estruturação de condutas discutidas em equipe.

Conforme Garcia (2003, p. 23) “é no cotidiano da sala de aula que a teoria é validada, iluminando a prática e fazendo-a avançar, confirmando-se ou sendo negada pelas evidências empíricas, o que desafia à construção de novas explicações”.

Através do trabalho desenvolvido em sala de aula sabendo como o aluno está se desenvolvendo e de uma visão integrada do educando com necessidades educacionais especiais, considerando os aspectos físicos e emocionais, o professor juntamente com a equipe pedagógica poderá efetivar as atividades de diagnóstico e elaboração de um plano de trabalho definido e condizente com as reais necessidades do educando.

É importante que o professor interaja com a equipe de profissionais e família, discutindo os casos ou situações emergentes, buscando soluções para o melhor rendimento dos alunos de maneira geral. O trabalho em equipe, sem dúvida, acrescenta conhecimentos e divide ansiedades, favorecendo, dessa maneira, o surgimento de soluções. Todo o trabalho feito nesse sentido beneficiará a promoção de uma melhoria na qualidade de vida do educando com necessidade educacional especial.

Cabe também à escola, dar assistência e gerenciar sensibilizações e formação à equipe profissional, para que realizem um trabalho eficiente e prazeroso para todos profissionais envolvidos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

De acordo com dados obtidos nas entrevistas semi-estruturadas sobre o tema deste trabalho: “A Necessidade da Formação do Professor para Atender o Aluno com Necessidades Educacionais Especiais”, os entrevistados foram unânimes em afirmar o despreparo dos professores em atender os alunos com necessidades educacionais especiais e priorizaram a capacitação dos professores como instrumento fundamental para eficácia e para a sua atuação. Dos quatro professores entrevistados apenas dois afirmaram serem conhecedores de algum tipo de capacitação oferecida pelo município, através do CRAEDI (Centro de Referência e Apoio à Educação Inclusiva), mas nunca participaram de nenhuma. Três dos quatro entrevistados, disseram que para que os alunos com necessidades educacionais especiais sejam realmente respeitados em suas especificidades e consigam interagir com os colegas na escola regular, é necessária uma adequação na estrutura física das escolas e também no corpo docente, passando a escola a contar com a ajuda de profissionais como: psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, etc. Em relação à lei que garante o direito a formação para os professores, no que diz respeito à inclusão, apenas uma disse ser conhecedora de tal lei, porém desconhece o fato de o município estar cumprindo ou não essa lei.

O presente trabalho foi de suma importância, pois possibilitou um estudo sobre o aluno com necessidade educacional especial e a importância da formação do professor que irá atendê-lo. Como já foi dito e pesquisado, a inclusão social ainda está no âmbito somente das discussões e efetivação. Em relação à prática, pouco se tem feito no sentido de que esta aconteça de fato.

É fundamental que educadores de maneira geral, se posicionem de maneira crítica e enfática no sentido de mudar este quadro. A inclusão social tem que acontecer realmente nas escolas e na sociedade de maneira geral. Em relação à escola, é necessária uma política educacional com metas e estratégias visando à qualificação do profissional da educação, a reestruturação das escolas e a formação de equipes multidisciplinares para dar suporte ao professor, a família e a equipe pedagógica.

Em relação ao professor, é necessário que haja uma reflexão em relação a sua atuação e mudanças de atitudes no sentido de buscar aperfeiçoamento através

de leituras, estudos e cursos a fim de aprimorar a sua atuação. No entanto, torna-se fundamental que o preconceito e rótulos sejam deixados de lado para que o trabalho aconteça de uma forma justa, humana e eficiente.

No que diz respeito ao Município de Governador Valadares, o mesmo conta com o CRAEDI (Centro de Referência e Apoio à Educação Inclusiva), que oferece atendimento individual a alunos com necessidades educacionais especiais e oferece gratuitamente cursos de LIBRAS E BRAILE para professores.

Finalmente é fundamental, e necessário uma parceria entre município, estado e união no sentido de criar cursos universitários especializados na formação do professor para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais.

Concluindo, somando todos estes esforços com certeza a inclusão social acontecerá de fato e a educação sim será um direito garantido e assegurado para todos os brasileiros.

Diante do exposto torna-se imprescindível a execução de uma política de formação de professores e a elaboração de projetos pedagógicos visando formar professores comprometidos com a aprendizagem integral dos alunos com necessidades educacionais especiais em todo o contexto social, cultural, político em que está inserido, contribuindo para diminuição da exclusão escolar e social.

A inclusão como prática educativa é recente, por isso, nem todas as escolas dispõem das adaptações necessárias. Porém, devem primar para que ao menos os professores tenham a formação necessária. A formação do professor é de suma importância para que os alunos com necessidades educacionais especiais sejam realmente incluídos na sociedade.

5. REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394**. Brasília: MEC, 1996.

_____. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Resolução CNE/CEB nº2, de 11/09/2001.

_____. Constituição, de 5 out. 1988. Texto consolidado até a Emenda Constitucional n.48 de 10 ago. 2005. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2005. 57p.

_____. **Declaração de Salamanca** e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: Corde, 1994.

BUENO, J. G. S. **Generalistas ou especialistas? A formação do educador e as necessidades educacionais especiais**. 21ª Reunião Anual da ANPEd. Caxambu, MG. 1998.

Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, Jomtien, Tailândia 5 a 9 de março de 1990.

GARCIA, R. L. (org.). **A formação da professora alfabetizadora**: reflexões sobre a prática. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LÜDKE, M. e ANDRÉ, M. A. **Pesquisa Qualitativa**. São Paulo: E. P. U., 1986.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MENDES, E. G. **Desafios atuais na formação do professor de Educação Especial**. In: *Revista Integração*, ano 14, nº 24, Brasília, SEESP, 2002. p. 12-17.

PIAGET, J. *Biologia e Conhecimento*. 2ª edição, Editora Vozes, Petrópolis, 1996

PIMENTA, S. (Org). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 2000.

Sites Consultados:

<http://www.bicodocorvo.com.br/cultura/escolar/perfil-dos-professores-brasileiros>

6. ANEXOS:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM
Curso de Especialização em Educação Especial
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e Educação de
Surdos

PESQUISA

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: PRIMEIRO PASSO PARA A INCLUSÃO

POR: MEDIANE SILVA RIBEIRO BATISTA

- 1- Você se sente preparado para trabalhar com crianças com necessidades educacionais especiais?
- 2- Em sua opinião, o que precisa ser feito para que vocês professores sintam-se seguros para trabalhar com essas crianças?
- 3- Sabemos da necessidade de políticas públicas voltadas para a capacitação dos professores em Educação Especial. Quais as sugestões você daria para a efetivação dessas políticas públicas?
- 4- O seu município já oferece algum tipo de capacitação?
- 5- Você participa ou já participou de alguma dessas capacitações?
- 6- O que você acha que pode ser melhorado ou acrescentado nessas formações?
- 7- Quais as suas sugestões para que os alunos com necessidades educacionais especiais sejam realmente respeitadas em suas especificidades e consigam interagir com os colegas na escola regular?

8- Qual a sua opinião em relação a essa inclusão?

9- Você conhece alguma lei que garante o direito à formação para os professores em relação à inclusão?

10-Você acha que essas leis vêm sendo cumpridas no seu município?



Prefeitura Municipal de Governador Valadares
 Secretaria Municipal de Educação
 CRAEDI - Centro de Referência e Apoio à Educação Inclusiva
 Rua Tiradentes, nº 361 – Centro – Governador Valadares – MG.
 Telefone: (33) 3225 6020

Capacitação de Professores: Educação de Surdos



Objetivo:

- Capacitar os professores que atendem o aluno surdo na rede municipal de ensino, para que estes compreendam o processo de alfabetização e aprendizagem deste aluno, respeitando sua cultura possibilitando o desenvolvimento de suas capacidades lingüísticas, cognitivas, emocionais e sociais.



Faça já sua
 inscrição!!!
 CRAEDI: 3225-6020

Toda quarta - feira
 Início dia 23/06/2010

- **Capacitadoras:**
 Fabiana Rodrigues Barbosa
 Luciane Alves Batista e Silva
- **Horário:** 18:00 às 20:00hs.
- **Público:** Professores da Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA
- **Local:** Casa do Professor
- **Total de horas:** 60hs (presencial: 75% de frequência pra obter certificação.)

